



Qual o seu lugar na batalha convocada pelo diretor de Governança da Petrobrás?

Incomodado com os milhares de “deslikes” no vídeo em que a Petrobrás defende a venda de ativos em seu canal no YouTube, o diretor de Governança e Conformidade da empresa, **Marcelo Zenkner**, usou suas redes sociais para convocar os internautas a curtirem o comercial, em uma “contra-iniciativa do bem”.

Essa turma do “bem” nada mais é do que a **rede bolsonarista** patrocinada pela Petrobrás com verbas públicas que alimentaram os sites de “**fake news**” manipulados pelo chamado gabinete do ódio. Após ser cobrada pelo Tribunal de Contas da União, a empresa admitiu que financiou 2 milhões de anúncios com sua marca em “sites de conteúdo impróprio”.

É no mínimo questionável o fato do diretor de Governança da Petrobrás armar uma arena

de batalha entre os que são a favor e contra a privatização da empresa, convocando uma “contra-iniciativa do bem”. Quer dizer que os petroleiros e todos os demais trabalhadores contrários ao criminoso desmonte da Petrobrás são pessoas do “mal”? É inadmissível que uma pessoa que entrou na companhia por indicação política, com salários e bônus milionários, ofenda publicamente os trabalhadores que construíram com sangue e suor o patrimônio da maior empresa nacional.

O legado de gerações de trabalhadores que deram a vida pela Petrobrás está sob ataque.

Temos que ter lado nessa luta. Não se trata de bem contra o mal. O que estamos enfrentando é muito maior do que isso. É o futuro do Brasil enquanto nação que está em xeque. Todos perdem com a privatização da Petrobrás. O lado que escolhemos nessa batalha é a favor do povo brasileiro.

Do outro lado do ringue...

Em vez de incentivar confrontos nas redes sociais, o diretor de Governança e Conformidade da Petrobrás deveria se ater às suas atribuições, pelas quais é pago a peso de ouro. Que providências a empresa tomou em relação aos recentes fatos que colocam em xeque a sua política de compliance?

Na última sexta-feira, 04, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU), apontando uma série de irregularidades nos contratos da Petrobrás de escritórios de advocacia estrangeiros. A empresa é acusada de infringir a lei e regulamentos da OAB, ao contratar escritórios que não têm autorização para atuar no Brasil.



uma relação não tão transparente com questões que envolvem a Petrobrás. Parceira da Lava Jato, a entidade receberia R\$ 270 milhões em troca da elaboração do projeto de uma entidade privada para gerir R\$ 2,3 bilhões do acordo de leniência feito pelo MPF, com a JBS, que prevê o pagamento de multas de R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos.

O depósito milionário seria feito na conta da ONG na última semana, mas foi suspenso pelo procurador-Geral da República, Augusto Aras, que identificou desvio de finalidade no acordo. “Evidente que uma organização privada irá administrar a aplicação de recursos de R\$ 2,3 bilhões nos investimentos sociais previstos nos acordos de leniência, sem que se submeta aos órgãos de fiscalização e controle do Estado. A Transparência Internacional é uma organização não governamental sediada em Berlim. Cuida-se de instituição de natureza privada, cuja fiscalização escapa da atuação do Ministério Público Federal”, afirmou Aras em seu parecer.

A Transparência Internacional está envolvida também naquele acordo escandaloso da Lava Jato que, sob o comando de Deltan Dallagnol, tentou se apropriar de R\$ 2,5 bilhões de multas pagas pela Petrobrás para criar uma fundação privada. O acordo, suspenso pelo STF, teve colaboração direta da ONG, cujo diretor executivo, Bruno Brandão, teria uma proximidade nada convencional com o comando da Operação Lava Jato, segundo mensagens do Telegram vazadas para o The Intercept Brasil. Reportagem recente da Agência Pública revelou que “Dallagnol recorria a ele (Bruno Brandão) quando a imagem da operação estava em perigo ou quando queria promovê-la” e que a “ONG teve acesso e palpitou na minuta do contrato assinado entre a força-tarefa e a Petrobras para a criação de uma fundação”.

Relações perigosas

O diretor da Transparência Internacional é presença constante em eventos frequentados pelo diretor de Governança e Conformidade da Petrobrás, Marcelo Zenkner. Os dois participaram em novembro de uma videoconferência promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que teve como tema “Estratégias Globais para Reduzir a Corrupção – como e por que o compliance importa”. Bruno Brandão e Zenkner também participam frequentemente de fóruns internos e seminários realizados pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Em março, estiveram lado a lado em um evento da entidade, cujo case abordado foi o “Projeto de Implementação dos Controles Internos em Municípios Receptores de Royalties de Petróleo – parceria Conaci x Petrobras”.

Nos eventos que participa, o diretor de Governança da Petrobrás sempre chama

atenção para a sua trajetória profissional e a importância do trabalho que exerce, ressaltando os objetivos de um eficiente sistema de compliance: “Prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e quaisquer outros atos ilícitos pelo cumprimento e observância de todas as regras, leis, procedimentos, regulamentos e controles a que a organização está sujeita”. Soa, portanto, estranho o fato dele estar mais preocupado em pedir ajuda aos bolsonaristas para defender um vídeo no YouTube, do que explicar o silêncio da gestão da empresa perante fatos graves que colocam em xeque a política de compliance que está sob a sua responsabilidade.



Qual o seu lugar na batalha convocada pelo diretor de Governança da Petrobrás?

Incomodado com os milhares de “deslikes” no vídeo em que a Petrobrás defende a venda de ativos em seu canal no YouTube, o diretor de Governança e Conformidade da empresa, **Marcelo Zenkner**, usou suas redes sociais para convocar os internautas a curtirem o comercial, em uma “contra-iniciativa do bem”.

Essa turma do “bem” nada mais é do que a **rede bolsonarista** patrocinada pela Petrobrás com verbas públicas que alimentaram os sites de “fake news” manipulados pelo chamado gabinete do ódio. Após ser cobrada pelo Tribunal de Contas da União, a empresa admitiu que financiou 2 milhões de anúncios com sua marca em “sites de conteúdo impróprio”.

Do outro lado do ringue...

Em vez de incentivar confrontos nas redes sociais, o diretor de Governança e Conformidade da Petrobrás deveria se ater às suas atribuições, pelas quais é pago a peso de ouro. Que providências a empresa tomou em relação aos recentes fatos que colocam em xeque a sua política de compliance?

Na última sexta-feira, 04, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU), apontando uma série de irregularidades nos contratos da Petrobrás de escritórios de advocacia estrangeiros. A empresa é acusada de infringir a lei e regulamentos da OAB, ao contratar escritórios que não têm autorização para atuar no Brasil.

O depósito milionário seria feito na conta da ONG na última semana, mas foi suspenso pelo procurador-Geral da República, Augusto Aras, que identificou desvio de finalidade no acordo. “Evidente que uma organização privada irá administrar a aplicação de recursos de R\$ 2,3 bilhões nos investimentos sociais previstos nos acordos de leniência, sem que se submeta aos órgãos de fiscalização e controle do Estado. A Transparência Internacional é uma organização não governamental sediada em Berlim. Cuida-se de instituição de natureza privada, cuja fiscalização escapa da atuação do Ministério Público Federal”, afirmou Aras em seu parecer.

É no mínimo questionável o fato do diretor de Governança da Petrobrás armar uma arena de batalha entre os que são a favor e contra a privatização da empresa, convocando uma “contra-iniciativa do bem”. Quer dizer que os petroleiros e todos os demais trabalhadores contrários ao criminoso desmonte da Petrobrás são pessoas do “mal”? É inadmissível que uma pessoa que entrou na companhia por indicação política, com salários e bônus milionários, ofenda publicamente os trabalhadores que construíram com sangue e suor o patrimônio da maior empresa nacional.

O legado de gerações de trabalhadores que deram a vida pela Petrobrás está sob ataque. Temos que ter lado nessa luta. Não se trata de bem contra o mal. O que estamos enfrentando é muito maior do que isso. É o futuro do Brasil enquanto nação que está em xeque. Todos perdem com a privatização da Petrobrás. O lado que escolhemos nessa batalha é a favor do povo brasileiro.



O que fez o diretor Marcelo Zenkner? Queremos saber.

Outro fato que deveria preocupar o diretor de Governança é o escandaloso acordo entre o Ministério Público Federal do Distrito Federal e a Transparência Internacional, uma ONG de combate à corrupção, que tem uma relação não tão transparente com questões que envolvem a Petrobrás. Parceira da Lava Jato, a entidade receberia R\$ 270 milhões em troca da elaboração do projeto de uma entidade privada para gerir R\$ 2,3 bilhões do acordo de leniência feito pelo MPF, com a JBS, que prevê o pagamento de multas de R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos.

A Transparência Internacional está envolvida também naquele acordo escandaloso da Lava Jato que, sob o comando de Deltan Dallagnol, tentou se apropriar de R\$ 2,5 bilhões de multas pagas pela Petrobrás para criar uma fundação privada. O acordo, suspenso pelo STF, teve colaboração direta da ONG, cujo diretor executivo, Bruno Brandão, teria uma proximidade nada convencional com o comando da Operação Lava Jato, segundo mensagens do Telegram vazadas para o The Intercept Brasil. Reportagem recente da Agência Pública revelou que “Dallagnol recorria a ele (Bruno Brandão) quando a imagem da operação estava em perigo ou quando queria promovê-la” e que a “ONG teve acesso e palpitou na minuta do contrato assinado entre a força-tarefa e a Petrobras para a criação de uma fundação”.

Relações perigosas

O diretor da Transparência Internacional é presença constante em eventos frequentados pelo diretor de Governança e Conformidade da Petrobrás, Marcelo Zenkner. Os dois participaram em novembro de uma videoconferência promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que teve como tema "Estratégias Globais para Reduzir a Corrupção – como e por que o compliance importa". Bruno Brandão e Zenkner também participam frequentemente de fóruns internos e seminários realizados pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Em março, estiveram lado a lado em um evento da entidade, cujo case abordado foi o "Projeto de Implementação dos Controles Internos em Municípios Receptores de Royalties de Petróleo – parceria Conaci x Petrobras".

Nos eventos que participa, o diretor de Governança da Petrobrás sempre chama atenção para a sua trajetória profissional e a importância do trabalho que exerce, ressaltando os objetivos de um eficiente sistema de compliance: "Prevenir, detectar e corrigir desvios, fraudes, irregularidades e quaisquer outros atos ilícitos pelo cumprimento e observância de todas as regras, leis, procedimentos, regulamentos e controles a que a organização está sujeita". Soa, portanto, estranho o fato dele estar mais preocupado em pedir ajuda aos bolsonaristas para defender um vídeo no YouTube, do que explicar o silêncio da gestão da empresa perante fatos graves que colocam em xeque a política de compliance que está sob a sua responsabilidade.